

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quíelise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk

— Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Álvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.)

— Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima

— Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

## COMISSÃO DE POLÍCIA

### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Álvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíelise Crisostomo

— Domicio Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domicio Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 241.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária) Realizada em 29 de Novembro de 1973 - 5.<sup>a</sup>-Feira

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Basílio Zanusso.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêlise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Igo Losso — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-73, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Tibagi ao de Castro. Parâmetros favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 242.<sup>a</sup> Sessão Ordinária Realizada em 29 de Novembro de 1973 - 5.<sup>a</sup>-Feira

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêlise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Igo Losso — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 360 e 361 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

153-73: — Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.486. — **Agradeça-se.**

58-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 36-73, que visa dar destinação ao Patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I., o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.487. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 817, do Senhor Aristides Pereira de Moraes, 1.<sup>o</sup> Secretário da Câmara Municipal de Aracaju, enviando a esta Casa, Requerimento n.º 271 do Senhor Vereador Luciano Andrade Prado, comunicando haver sido expedido ofícios para todas as Assembleias Legislativas e Câmaras das Capitais, solicitando apoio para o funcionalismo público civil e militar, no que se refere ao 13.<sup>o</sup> Salário. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, solicitando seja dispensado de publicação da Redação Final o Projeto de Lei n.º 176-73.

— de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão (segunda-feira) do Projeto de Lei n.º 268-73.

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, solicitando seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de sua autoria n.º 194-73.

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pela brilhante iniciativa da Academia Paranaense de Letras, que ao comemorar o transcurso do seu 37.<sup>o</sup> aniversário de fundação, promoveu a apresentação dos livros "A Instalação Humana no Vale do Iguaçu, do Dr. Alvir Riesenber e "Mosaico", poesias, do saudoso poeta Dante de Jesus Augusto, no dia 22 último.

O acontecimento cuja finalidade foi de tornar público o valor dos escritores do Vale do Iguaçu, vem de obedecer, primordialmente as atividades do Plano de Ação Cultural do Governo do Paraná, para o alcance da total integração cultural do Estado, merecendo, portanto, reconhecimento e louvor.

Requer, outrossim, sejam identificados do teor do presente Requerimento a Academia Paranaense de Letras, o Dr. Alvir Riesenber, bem como a família de Dante de Jesus Augusto.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973.

(a) — Domício Scaramella

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscrive, na forma regimental, requer, depois de ouvido o Plenário, seja aprovado voto de apoio e congratulações ao Vereador deste Município, João Batista Alfredo Gnoto, pelo brilhante pronunciamento em favor dos triticultores do Paraná.

Requer ainda, seja levado ao conhecimento do ilustre Vereador a decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973

(a) — Lázaro Dumont

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI), pelo recebimento por intermédio da Superintendência para o Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), do 1.<sup>o</sup> termo de Referência (Estudo da micro-região), elaborado pelo SERPHAU.

Destaca-se, ainda, o fato que a referida Associação, é a primeira a receber seu Termo de Referência.

Na decisão do presente, outrossim, requer, que se dê conhecimento à Associação acima referida.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1973.

(a) — Gilberto Carvalho

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, requer, após ouvido o Plenário, um voto de louvor à atuação do Senhor Delegado Arion Nicz Roda e de sua magnífica equipe à frente da Delegacia de Estrangeiros.

O próprio Deputado requerente, sem se identificar, assistiu, pessoalmente, a maneira gentil e cavalheiresca com que todos ali atendem as pessoas que procuram aquela Delegacia, por mais humildes e por mais simples que sejam.

Sem distinção, todos são atendidos com paciência, gentilmente e com desejo de servir.

Verifica-se, facilmente, que funcionários e Chefe que ali mourejam, seguem a mesma filosofia do cumprimento exato dos deveres, não apenas funcionais mas humanos.

Daí as razões deste voto, que pedimos seja dado ciência ao Doutor Arion Nicz Roda e aos funcionários da Delegacia de Estrangeiros.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973.

(a) — Antônio Lopes Júnior

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, tendo tomado conhecimento de que a Fundação da Universidade do Trabalho do Estado do Paraná, criada pela Lei estadual n.º 5.365 de 28 de julho de 1966, até esta data não foi instalada, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador, no sentido de liberar verba para a referida instalação, visto tratar-se de uma entidade da maior importância para o Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1973

(a) — Maurício Fruet

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação objeto da Lei acima mencionada, tem por finalidade principal criar e manter a Universidade do Trabalho do Estado do Paraná, onde serão formados técnicos profissionais, assim como preparo de recursos humanos e tecnológicos, para o trabalho.

E cada vez maior a necessidade de mão de obra especializada com vistas a incrementação da Indústria, especialmente a destinada à transformação de nossos produtos primários (soja, café, milho, madeira, carnes etc., os quais são exportados "in natura" e não já industrializados, os quais poderiam gerar mais divisas à Nação brasileira.

Por outro lado, apesar do consumo de divisas do Estado do Paraná ser insignificante no cômputo geral auxiliaremos a retenção da economia e da poupança.

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais:

Considerando a gravíssima situação com o problema de menores delinquentes na cidade de Cascavel, conforme vem retratado no "Editorial" do jornal "A Fronteira do Iguaçu", na cidade de Cascavel de 22 do corrente mês, a este anexo.

Requer, após ouvido o Plenário, seja o referido Editorial inserido nos Anais desta Casa, ao mesmo tempo, formulado veemente apelo aos Exmos. Srs. Secretários do Interior e Justiça e Trabalho e Assistência Social, no sentido de que envidem esforços a solução de tão angustiante problema.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973.

(a) — Iris Caldart



## Requerimento

Senhor Presidente:

O Parlamentar que este subscreve, na forma regimental, requer, depois de ouvido o Plenário, sejam encaminhados Requerimentos às autoridades supra citadas, no sentido de que sejam solucionados definitivamente os problemas criados com a proibição da moagem colonial do trigo, reformulando-se a política de distribuição de quotas para moagem desse produto, com a criação de Região própria no Estado do Paraná, onde o trigo é efetivamente, com a elevação consequente da quota para 400.000 (quatrocentas mil toneladas).

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, formulando veemente apelo ao órgão acima referido, no sentido de que sejam propiciadas, à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí — AMUVI, as condições necessárias à execução dos Termos de Referência, ou seja, o Planejamento Micro Regional, elaborados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU, apesar das dificuldades que possam surgir independentes dos planos elaborados para a sua concretização, tornando-se, assim, possível o desenvolvimento deste trabalho, dos mais importantes, realizado pelo Governo Federal, em benefício dos Municípios do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1973.

(a) — Gilberto Carvalho

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 287-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado "GRUPO ESCOLAR PARIGOT DE SOUZA" o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973.

(a) — Jorge Sato

## JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Projeto de Lei, denominar "GRUPO ESCOLAR PARIGOT DE SOUZA" o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguai.

Pelo interesse demonstrado pelo ex-Governador pelos problemas educacionais do Estado, onde em sua administração a rede Estadual de Ensino foi consideravelmente ampliada, propiciando à população paranaense melhores condições de instrução, entendemos que a medida que ora propomos é das mais justas, homenageando aquele que autorizou a construção do mencionado Grupo Escolar.

## PROJETO DE LEI N.º 288-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PROTETORA DE ANIMAIS DE CURITIBA.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973

(a) — Arthur de Souza

JUSTIFICAÇÃO: Pelos incontáveis serviços que presta à coletividade, a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba é, de fato, uma entidade de utilidade pública. Este Projeto de Lei pretende tornar essa situação oficial.

## PROJETO DE LEI N.º 289-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — É criado o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — (FEPPA), com personalidade jurídica própria.

Art. 2.º — O Fundo de que trata o artigo anterior tem por finalidade a concessão dos benefícios de aposentadoria, e pensão por invalidez, aos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3.º — São associados obrigatórios do Fundo, independentemente de idade e condições de saúde todos os atuais parlamentares e os que de futuro vierem a ser eleitos.

Art. 4.º — Somente terá direito a aposentadoria o associado que houver feito 96 contribuições mensais sucessivas para o Fundo, nos oito anos imediatamente anteriores à concessão do benefício.

Parágrafo único — O Associado que, ao perder a condição de Deputado, tiver contribuído para o Fundo pelo prazo mínimo de dois anos, mas não houver completado o tempo previsto no caput, terá direito à percepção, durante seis meses, de um auxílio de valor correspondente ao da aposentadoria a que teria direito se completada a carência de oito anos.

Art. 5.º — Ao associado que deixar de ser Deputado Estadual, é facultado continuar contribuindo até completar 96 ou mais contribuições mensais, uma vez que recolha as contribuições fixadas nas letras "a" e "b" do art. 6.º na base dos subsídios vigentes no momento do recolhimento e desde que tenha exercido, pelo menos quatro anos mandato legislativo estadual.

Art. 6.º — O Fundo constituir-se-á das contribuições e rendas seguintes:

- a) contribuição compulsória dos Deputados no valor de 7% (sete por cento) do total dos subsídios, descontada em folha de pagamento;
- b) contribuição da Assembléia Legislativa, correspondente a 7% (sete por cento) do total previsto na alínea anterior;
- c) contribuição do aposentado, na razão de 7% (sete por cento) do valor do benefício;

d) saldo das dotações para pagamento dos subsídios e ajuda de custo e diárias a Deputados, verificado em 20 de dezembro de cada exercício;

e) rendas, juros e lucros usufruídos pelo Fundo;

f) doações, legados, auxílios e subvenções.

Parágrafo único — Em caso de suspensão das atividades normais do Poder Legislativo, as contribuições de que tratam as letras "a" e "b" serão recolhidas ao Fundo pelo Poder Executivo.

Art. 7.º — Todas as contribuições serão recolhidas mensalmente a Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial, que só poderá ser movimentada em termos desta Lei.

Art. 8.º — A aposentadoria por tempo de contribuição consistirá em uma renda mensal vitalícia de valor proporcional ao tempo de mandato exercido

pelo associado, fixada de acordo com os cálculos atuais aprovados pelo Conselho em que será levada em consideração a média dos subsídios percebidos pelo Deputado nos últimos doze meses.

§ 1.º — A aposentadoria definida no presente artigo somente será concedida a partir da data em que o associado tenha perdido sua condição de parlamentar em razão do término do seu mandato, não reeleição, porque não haja concorrido ou em virtude de qualquer outra causa independente de sua vontade.

§ 2.º — A renúncia ao mandato implica na perda da condição do associado e, consequentemente, de todos os benefícios e vantagens decorrentes da contribuição para o Fundo, sem direito a qualquer restituição.

§ 3.º — Não se aplica a medida de que trata o parágrafo anterior se o Deputado renunciar ao mandato como condição para exercer cargo, emprego ou função, estadual ou federal, tanto na administração direta como em ordem da administração indireta, ou ainda para candidatar-se ou exercer cargo de Prefeito Municipal.

§ 4.º — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo 3.º, deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras "a" e "b" do artigo 6.º embora não tenha direito a aposentadoria enquanto se encontrar no exercício do cargo, emprego ou função, previstos no mencionado parágrafo.

Art. 9.º — A pensão por invalidez será devida a associado que se tornar inválido total e permanentemente para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício de uma renda de valor igual a média dos subsídios percebidos nos doze últimos meses.

Parágrafo primeiro — não terá direito a percepção do benefício referido no artigo o associado que estiver no gozo de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 2.º — A idade máxima para o associado entrar no gozo de pensão de invalidez será de 54 anos. Quando ocorrer a invalidez de associado com idade superior, deverá o mesmo ser aposentado na forma do artigo 8.º.

Art. 10 — Os benefícios de que trata esta lei, serão reajustados sempre que ocorrer alteração para mais nos subsídios dos Deputados.

Art. 11 — O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo remunerado ou em cargo de Secretário de Estado, Diretor de Autarquia ou Diretor de Sociedade de Economia Mista, não perceberá, durante o exercício do mandato, ou cargo, o benefício do Fundo, mas continuará contribuindo para o mesmo.

Parágrafo único — Se o mandato for de Deputado Estadual, aplicar-se-á a norma do artigo 6.º, letras "a" e "b", assegurado, ao término do mandato, direito a recálculo do valor de sua aposentadoria.

Art. 12 — O Deputado afastado que exercer função constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar continuará recolhendo a sua contribuição de acordo com o artigo 6.º, letra "a", cabendo ao Estado, o recolhimento de que trata a letra "b" do mesmo artigo.

Parágrafo único — O Deputado que foi licenciado do exercício do mandato sem direito às vantagens pecuniárias correspondentes, se quiser continuar associado do Fundo, deverá recolher as parcelas de que trata o artigo 6.º, letras "a" e "b", enquanto perdurar o afastamento não remunerado.

Art. 13 — O Fundo será administrado por um Presidente, eleito dentre os Deputados, em Assembléia Geral dos associados, para um mandato de dois anos, cabendo-lhe escolher um Tesoureiro, também dentre os Deputados.

Art. 14 — A política Administrativa do Fundo será orientada por um Conselho Deliberativo composto de três (3) membros, eleitos em Assembléia Geral dos associados, juntamente com um suplente para cada um. Dois membros efetivos do Conselho e respectivos suplentes deverão ser Deputados no exercício de mandato parlamentar.

Parágrafo único — Os membros efetivos e os suplentes do Conselho Deliberativo terão mandatos coincidentes com o do Presidente.

Art. 15 — A Assembléia Geral dos associados do Fundo reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 15 de abril de cada ano, ou no primeiro dia útil seguinte, se esse for feriado:

a) tomar conhecimento do relatório do Presidente sobre o movimento do Fundo do ano anterior;

b) deliberar sobre assuntos de interesse do Fundo não compreendidos na competência do Presidente ou do Conselho Deliberativo;

c) eleger e empossar na forma dos artigos 13 e 14, o Presidente e os membros do Conselho Deliberativo, quando for o caso.

Art. 16 — Havendo motivo importante e urgente, a Assembléia Geral poderá reunir-se extraordinariamente, por convocação do Conselho ou um terço (1/3) dos associados.

Art. 17 — As Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho Deliberativo realizar-se-ão no Edifício do Palácio "Dezesseis de Dezembro".

Art. 18 — O Presidente será substituído, nos casos de licença e de vaga, pelo membro mais idoso do Conselho. Nesta segunda hipótese a substituição perdurará até a eleição pelo Conselho, de novo Presidente para completar o período.

Art. 19 — É permitida a reeleição do Presidente e dos membros do Conselho Deliberativo.

Art. 20 — Os cargos de Presidente, Tesoureiro, Conselheiro e Suplente, serão exercidos gratuitamente.

Art. 21 — O Fundo não poderá admitir empregados ou funcionários a qualquer título, atribuindo-se as tarefas burocráticas a funcionários postos à sua disposição pela autoridade competente.

Art. 22 — Anualmente se procederá o levantamento da situação econômico-financeira do Fundo, mediante cálculos atuais, a serem realizados por técnicos do Instituto de Previdência do Estado, cujas conclusões serão levadas ao conhecimento da Assembléia Geral Ordinária dos associados.

Art. 23 — A fim de garantir o cumprimento dos compromissos do Fundo decorrentes do disposto nesta Lei, é criada a reserva para aposentadoria a conceder.

Parágrafo único — O Poder Executivo, em época oportuna, alcançará ao Fundo, através de crédito especial, os recursos fixados em nota técnica para os fins estabelecidos no artigo.

Art. 24 — Os recursos disponíveis do Fundo deverão ser aplicados pelo Presidente, mediante autorização do Conselho Deliberativo, em inversões rentáveis.

Parágrafo único — Os valores do Fundo deverão ser capitalizados à taxa de pelo menos 6% ao ano, da correção monetária.

Art. 25 — As inversões a que se refere o artigo anterior consistirão preferentemente nas seguintes operações:

- a) aquisição de títulos públicos;
- b) aquisição de imóveis rentáveis;
- c) depósitos "de poupança livre";



d) depósitos bancários.

Parágrafo único — As operações do Fundo se farão através do Sistema Financeiro do Estado.

Art. 26 — Fica o Fundo autorizado a conceder, mediante consignação em folha e garantias suplementares, empréstimos a seus contribuintes, de acordo com normas e condições a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 27 — Aos Deputados que integrarem a Assembleia Legislativa na presente legislatura será facultado contar, para efeito da aposentadoria prevista nesta Lei, como se de contribuição houvesse sido, o tempo de serviço público já desempenhado, inclusive o correspondente a mandatos eletivos nas seguintes condições:

a) limite máximo de quatro anos de exercício em cargo ou função pública não eletiva;

b) que o tempo referido na letra "a" não haja sido nem venha a ser computado para qualquer outra aposentadoria do associado.

§ 1.º — Mesmo na hipótese deste artigo o benefício da aposentadoria somente poderá ser concedido a partir do término da atual legislatura.

§ 2.º — O valor da aposentadoria dos associados de que trata o presente artigo, será objeto de regulamentação especial a ser baixada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 28 — Dentro de trinta dias a partir da publicação desta Lei, serão eleitos pelos associados o Presidente do Fundo e os oito (8) membros do Conselho Deliberativo, em Assembleia Geral convocada pelo Presidente da Assembleia Legislativa. O mandato dos eleitos na forma deste artigo terminará a quinze de abril de 1975.

Art. 29 — Incumbe ao Conselho, no prazo máximo de sessenta dias, baixar o regulamento do Fundo.

Art. 30 — Em caso de suspensão das atividades normais do Poder Legislativo, ficarão automaticamente prorrogados os mandatos do Presidente e dos membros do Conselho Deliberativo até a realização de novas eleições.

Art. 31 — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 32 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em 22 de novembro de 1973

(aa) David Federmann — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

Domício Scaramella

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal, pois, pelo que me consta não há número regimental para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o Requerimento. Com a palavra o Sr. Primeiro Secretário para proceder a chamada nominal (É feita a chamada)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Responderam a chamada 23 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Verificada a existência de número legal, prosseguimos com a presente Sessão.

A Hora do Expediente foi transformada em Sessão Especial, para ser ouvida a palavra dessa figura tradicional da vida paranaense, que é o Sr. Edgard Withers. Designo uma Comissão composta dos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes, Haroldo Bianchi e Maurício Fruet para introduzirem neste Plenário o ilustre conferencista.

(O Sr. Edgard Withers é introduzido no Plenário).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, para, em nome da Casa, apresentar as saudações ao ilustre convidado.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Edgard Withers, Sr. Edgard Withers, Sr. Prefeito Municipal de Antonina, meus Senhores, minhas Senhoras.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná vai ter a grande e feliz oportunidade de ouvir dentro de alguns instantes a palavra de um grande abnegado das causas públicas, que é o Sr. Edgard Withers, da cidade de Antonina.

S S. vem aqui para expor com dados técnicos e realísticos aquilo que todos nós precisamos e gostamos de ouvir a respeito do Porto de Antonina. O Sr. Edgard Withers formou-se na escola do trabalho, do sacrifício e das grandes lutas pela comunidade. Não fez um curso apenas nos livros, que às vezes em gabarito muito bem arranjado fica distante da realidade.

Edgard Withers sentiu aquilo que todos os homens públicos deveriam sentir na própria carne, no próprio coração, no próprio ser, o sofrimento de uma comunidade e para que possamos ouvir não apenas a voz de Antonina, mas a voz do Paraná, porque a solução do Porto de Antonina será a solução também do Paraná. Sr. Edgard Withers, esse microfone é seu e esta Casa está atenta para ouvi-lo com entusiasmo e com fervor. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Profundamente honrados, temos o prazer de conceder, neste momento, a palavra a esse grande pioneiro do Paraná, Sr. Edgard Withers.

O SR. EDGARD WITHERS — Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa. nesta oportunidade aperto a mão de todos os Srs. Deputados.

Excelentíssimo Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados Senhores e Senhoras

Aqui estão os relatórios oficiais; um relatório sobre todos os portos do Brasil com aparelhamento, profundidade, equipamentos etc.

Relatório da Administração do Porto, contendo a situação em que os portos achavam e se acham, relatórios minuciosos:

Situação de Falência — de Créditos de Desapropriação;

Antonina registra movimentos;

Os 3 Trapiches em Antonina;

Frequência de 169 navios em 1964;

Instalação de embarques;

Não sendo o Porto organizado, fez mais movimento;

O embarque do milho — sendo que inicialmente os embarques de Antonina foram mais elevados do que no Porto oficial brasileiro;

Uma revista que fala sobre a ampliação do Porto de Paranaguá e o investimento em dinheiro;

Vapor com os "Containers" — é o que se usa atualmente para cargas que não têm necessidade de Porto muito profundo para cargas gerais;

Um terminal marítimo moderno;

Outro terminal marítimo que existe na Europa;

Outra revista que traz a fotografia de um navio — cargas — 5.000 metros de madeira, e especifica as verbas e planos para o Porto de Paranaguá;

Aqui um mapa do Porto de Antonina, com a extensão a ser dragada e a profundidade existente;

(Expondo fotografia):

Aqui é o Porto de Antonina — instalações particulares;

Aqui quiseram construir o Porto de Antonina, onde gastaram inicialmente, cerca de 3 milhões de cruzeiros, conforme relatório apresentado pela Administração do Porto;

Aqui está Paranaguá: — a faixa a ser dragada é daqui até aqui, não tem mais de 6 milhas, e aqui, nós temos 26, 28 e 30 pés calados de forma que é perfeitamente viável, não há dificuldade alguma.

Agora eu vou continuar, Sr. Presidente:

(Lê):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, muita honra, para mim, e para o meu Município, estar aqui, na presença de Vv. Exas., dignos Representantes do povo paranaense para esclarecermos assuntos de grande importância.

Por falta de dons oratórios, eu trouxe, por escrito, parte do que preciso dizer, transcrevendo, inclusive, alguns trechos dos meus artigos publicados no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O PORTO DE ANTONINA", e já conhecidos pela maioria da população.

Tendo o Governo Imperial, autorizado a construção do ramal da estrada de ferro, ligando Morretes a Antonina, num trajeto de dezesseis quilômetros, A Compagnie Chemins du Fer Brésiliens, detentora de um contrato de concessão para a exploração dos transportes férreos, expôs que, se fossem adotadas as tarifas de fretes pelas distâncias quilométricas, todo o momento de cargas seria encaminhado para Antonina, em virtude desta cidade estar vinte e quatro quilômetros mais perto do Curitiba, resultando, daí, um sensível decréscimo nas rendas da Estrada.

Esse temor foi afastado pelo Decreto n.º 2.133, de 17 de outubro de 1.885, que aumentava, em muitos quilômetros, o percurso realmente existente entre as duas cidades, beneficiando sensivelmente, com essa medida, a cidade de Paranaguá.

Começava, nessa data, a injustiça.

Esse regime de protecionismo vigorou até 29 de abril de 1926, quando o saudoso brasileiro Francisco Sá, no exercício das funções de Ministro da Viação, determinou, pelo aviso n.º 26, que todos os fretes férreos deveriam ser cobrados pelas distâncias reais.

Essa medida, reparadora de privilégio, de nada adiantou.

O Governador do Estado, na época, por ter iniciado a sua vida profissional e comercial na vizinha cidade, não gostou da resolução ministerial.

Não podendo anular um ato do Governo Federal, baixou, de imediato, o Decreto n.º 916, datado de 18 de agosto de 1926, determinado, ad-referendum do Congresso Legislativo, uma majoração de vinte por cento sobre todos os impostos das mercadorias que fossem embarcadas ou desembarcadas pelo porto de Antonina. Continuava o protecionismo e era o próprio Governo que, contrariando dispositivos da Constituição Federal, promovia a distinção entre portos de um mesmo Estado.

Contudo, o porto de Antonina continuava prestando inestimáveis serviços ao Brasil.

Vou, mencionar aqui, parte de uma publicação feita pela administração dos Portos:

"Antonina, anos de 1.927 até 1.930: Quarto porto do Brasil, e até 1.935: A cidade de maior movimento portuário do litoral Sul, através quatorze trapiches ou mil metros de faixa acostável". "Exportação: erva-mate e madeira, Importação: trigo, sal e açúcar". "A segunda guerra mundial quase paralisou essas atividades, acabando por deslocar o centro portuário paranaense". "Mas a sólida estrutura comercial do porto capelista (Indústrias Reunidas F. Matarazzo, Withers & Cia., Luz G. A. Valente & Cia., Meirelles Souza & Cia., I. B. de Almeida & Cia. e outras) resistiu, quando outros portos nacionais pereciam". "Essa luta de nossos exportadores prosseguiu no após guerra, estendendo-se por toda a década de 50, sempre enriquecida com a inestimável experiência de poupança, ordenação e valorização dos que trabalhavam na exportação". Dois exemplares dessa publicação eu tenho a satisfação de entregar à Vossas Excelências.

Nesses trapiches, de madeira e cimento, existiam ramaes da estrada de ferro, linhas decauville, guindastes, pontes rolantes, armazéns e silos para armazenamento de cereais, aparelho de sucção para descarga automática de trigo, esteiras transportadora para embarque de milho, soja, minérios, além de completo conjunto para descarga de sal.

Por esses trapiches, além do embarque de mais de trezentas mil toneladas de minérios, foram feitas as primeiras exportações paranaenses de milho e soja para o exterior, sendo de destacar este pronunciamento feito pelos órgãos oficiais, em relatório impresso e fartamente distribuído: "Em 1963, enquanto Paranaguá marcava noventa e três mil toneladas de milho Antonina com melhores condições, conseguiu embarcar cento e duas mil toneladas.

Pois bem.

Corria, serenamente, o ano de 1963, o nosso povo parecia feliz.

Antonina, contando com o auxílio patriótico da iniciativa particular, mantinha, constantemente navios no seu porto que proporcionavam movimento à cidade e trabalho para milhares de pessoas.

A doce tranquilidade foi quebrada quando o Sr. Superintendente do Porto, acompanhado de numerosa comitiva, foi à nossa terra para levar a notícia de que iria construir o decantado porto.

A notícia era alvareira. A resolução de dotar o nosso porto de equipamento perfeito, eu acredito fosse honesta, apesar de encontrar, na página dois e um relatório, esta confissão: "Era conveniente a desapropriação das instalações de Antonina para acabar com o regime feudal da exploração do Porto de Entrepósitos particulares".

A construção da obra, não tendo sido entregue para firmas especializadas, mediante concorrência pública e estudos por gente entendida, fracassou já no começo.

A recuperação dos caixões de cimento, considerados obsoletos e que foram desprezados na construção do primeiro porto de Paranaguá, foi uma calamidade.

Os serviços iniciados por administração própria, sem contar com recursos adequados, consumiu cerca de três bilhões de cruzeiros em experiências, improvisações, enrocamento inútil e gastos desnecessários.

Alarmado com tanta imprevidência e certo de que nada de aproveitável surgiria em favor da comunidade, mesmo com um dispêndio exagerado, resolvi, apesar de não ter credenciais, alertar o Exmo. Sr. Governador sobre o que estava acontecendo.

Aos responsáveis pela obra eu dei, previamente, ciência de minha resolução.



O meu relatório, enviado no dia 30 de novembro de 1966 foi minucioso e continha observações que mereciam alta investigação. Eis o que eu afirmei: "Nada de útil, de prático, está sendo realizado em Antonina" — "Que o sacrifício que está sendo feito não redunde em perda de tempo e dinheiro".

No dia 23 de março de 1967, ao contestar as informações que a Administração do Porto prestará ao Exmo. Sr. Governador, eu disse:

"Estão comprometendo o brilho da Administração Estadual gastando bilhões e bilhões numa obra inútil e desnecessária que não traz nenhum proveito a Antonina e ao Paraná."

As obras de construção na Ponta do Félix, prosseguiram em ritmo acelerado quando, inexplicavelmente, surgiu o Decreto n.º 13.914 que autorizava a desapropriação de uma instalação particular, situada mil e quinhentos metros distantes do local onde os serviços haviam sido iniciados.

Na correspondência que mantive com o Sr. Governador, eu fiz um convite para, de causa e corpo presente debatermos o assunto portuário, que interessava a Antonina e também ao próprio Estado do Paraná.

Sua Excelência não deu resposta ao convite. Não mandou verificar a exatidão das minhas afirmativas, para a devida punição, caso houvesse distorção da verdade, e nem mandou apurar as responsabilidades.

As obras da Ponta do Félix foram paralisadas. Estão abandonadas. De tudo o que foi feito nada se aproveita.

A instalação desapropriada, constante de um cais acostável com apenas noventa metros de extensão, nas quais mandaram escrever em letras bem grandes, o pomposo nome de "Porto de Antonina", não recomenda o zelo que os responsáveis deveriam ter, no planejamento de obras e na aplicação dos dinheiros públicos.

Enquanto o aparelhamento do porto de Antonina, que não custou um único centavo aos cofres públicos, mas que deu, ao Paraná, o pioneirismo na exportação de milho e soja, continua inaproveitado, enferrujando, com possibilidade de perda total, no porto vizinho o congestionamento de veículos e vapores representa uma ameaça para a exportação.

Esperamos que não haja a repetição do que aconteceu na safra deste ano, que causou o retardamento na descarga de centenas de caminhões e na paralisação de mais de setecentos vagões que atravancavam os pátios das estações de Curitiba, Piraquara, Banhados e Morretes.

No porto vizinho gastam uma fortuna em ampliações, aquisição e montagem de equipamentos que, embora diferentes, têm semelhança, na finalidade, com o que existe aqui. Com trinta por cento do que está sendo empregado, nós, e a Antonina, com o aproveitamento do que temos, de propriedade particular, construiríamos, não um corredor, mas sim, um grande e perfeito salão de exportação.

O Poder público inaugurou, há poucos dias, o super porto.

Louvamos e nos congratulamos com os nossos dignos vizinhos pela btenção desses melhoramentos, desejando a eles, maiores e melhores elementos de trabalho e de grandeza que possam redundar em benefício da terra de Fernando Amaro e do próprio Paraná.

Aplaudiremos também, com muito entusiasmo, tudo o que de bom for feito em qualquer parte do nosso imenso Brasil.

Dizia o nosso saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto: "O que se fizer no Paraná, deve ser feito em grande escala, fazer com timidez, fazer com acanhamento, fazer com mediocridade, seria um crime contra o futuro". É preciso ter coragem de realizar em tal escala que as construções, quando terminadas, já não estejam envelhecidas, já não estejam superadas, já não estejam caducas e já não pertençam ao passado."

A construção de portos com o sistema clássico, esse onde os navios ficam uns atrás dos outros, já pertence ao passado.

Hoje já se constrõem os "piers", mais econômicos e mais eficientes. Quero dizer, que existe, em mim, a dúvida se essas obras recém-inauguradas, vão ou não, resolver, em definitivo, a situação de embarques dos produtos que representam a economia paranaense. A instalação de silos com capacidade de 100 mil toneladas pode parecer na teoria uma solução, mas na prática, não passa de um sonho faraônico, que se converterá em erro.

Cem mil toneladas representam a carga de cinco mil caminhões de vinte toneladas, ou de dois mil e quinhentos vagões de quarenta toneladas.

Esses veículos, numa área restrita, não poderão ser descarregados em horas, nem em dias. Portanto o congestionamento perdurará. Quem viver, verá.

Preferível seria, em substituição a esse Monumento de cem mil toneladas a construção de cinco silos de vinte mil toneladas cada um que, além de terem as fundações mais econômicas, seriam mais práticos e proporcionariam o atendimento de cinco vapores, simultaneamente.

O Governo já cogita de converter as autarquias portuárias em sociedades mistas. Essa medida não dará resultado. O poder público, por ser majoritário nas ações da sociedade, é quem escolhe os dirigentes. Mas, sofrendo, quase sempre, os efeitos das injunções políticas, os escolhidos nem sempre são os melhores.

Quando as nossas autoridades se aperceberam das somas fabulosas que são empregadas na construção, manutenção, aparelhamento e exploração dos portos, necessariamente deixará essa incumbência para as organizações particulares, reservando para si, a obrigatoriedade de aprofundar as barras e os canais.

Assim, e só assim, a coisa funcionará.

Como essa solução inevitavelmente terá de ser adotada, conveniente seria, reservar desde já, na orla, uma faixa destinada aos exportadores, para que eles possam construir, usar e manusear o seu próprio equipamento, fugindo, dessa maneira, da monopolização dos serviços de embarque e estocagem, por parte das entidades estaduais e federais. Não devemos esquecer que a navegação está passando por uma metamorfose completa. A revista "Comércio Exterior", publicou no número de março deste ano, esta notícia: "Evolução de métodos que exigiam um demorado e dispendioso trabalho braçal, o transporte marítimo passa em todo o mundo, por um processo de modernização acelerada".

Essa modernização consiste na utilização dos "Containers" que são umas caixas ermeticamente fechadas, com seis metros de comprimento por dois metros e quarenta de largura e altura.

As caixas, depois de carregadas e lacradas, no próprio armazém do exportador, são transportadas para o costado do navio e içadas para os porões sem ninguém tocar na mercadoria.

Vantagens: — Melhor utilização do cais acostável, menor permanência do navio atracado. Aumento da produtividade na faixa portuária, redução da mão de obra e descongestionamento na orla marítima."

Outra modalidade, pouco conhecida ainda, mas que já foi apresentada diversas vezes, em Paranaguá — que merece a atenção dos construtores de terminais marítimos — consiste na utilização de navios que operam com barcaças.

Essas barcaças, em número de sessenta, ou mais, com capacidade para

trinta toneladas de carga e calado inferior a dez pés, são deixadas nos portos onde existem cargas.

O navio continua o seu roteiro, em visita a outros terminais. Na volta, as barcaças já carregadas, são transportadas para os porões, com recursos do próprio navio, que não necessita de atracação, pois opera ao largo.

Para atender às necessidades do corredor de exportação já se cogita na duplicação da estrada de rodagem BR-277. Medida muito justa e acertada. Basta o aniquilamento de Antonina. Não podemos estrangular o Paraná.

Esquecem porém, que com muito pouco dispêndio a velha estrada da Graciosa — toda ela calçada e asfaltada — poderá desempenhar papel importante.

O trecho a ser retificado e alargado está na serra e tem somente doze quilômetros de comprimento. Com essa retificação — PERFEITAMENTE VIÁVEL — ficaríamos com mais uma estrada que, além de desafogar o trânsito da BR-277, proporcionaria maiores possibilidades para Antonina, Morretes e Paranaguá.

O pequeno atalho do "Passa Sete", com menos de três quilômetros, também merece os cuidados dos diretores do Departamento de Estradas de Rodagem ou da Secretaria dos Transportes.

Já se pensa na construção de outra estrada de ferro Curitiba-Paranaguá e não há lembrança na concretização do velho sonho, já debatido nesta Assembleia pelo digníssimo Deputado João Calil Fadel, de unir o Norte Pioneiro ao Litoral por uma estrada que viria encurtar o percurso atual em duzentos e dez apreciáveis quilômetros.

Essa ligação atenderia as necessidades dos Municípios de Sengés — Arapotí — Wenceslau Braz — Salto Itararé — Santana do Itararé — Siqueira Campos — Ibatí — Pinhalão — Tomazina — Japira — Jaboti — São José da Boa Vista — Sapopema — Carlapólis — Joaquim Távora — Ribeirão Claro — Cerro Azul — Bocaiuva e outros, com uma população de cerca de trezentos mil habitantes e uma produção agrícola bastante elevada.

Volto a falar de Antonina.

O nosso Porto, além da má orientação administrativa, sofre as consequências da aplicação de taxas elevadas que fazem carrear as nossas cargas para os portos de Santa Catarina.

As taxas de estiva — hoje unificadas — eram quase idênticas às de Rio e Santos, vinte e cinco por cento mais elevadas do que as de São Francisco do Sul, Itajaí, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Nos encargos de "Utilização dos Portos" — que estão sendo cobrados ilegalmente — por contrariarem cláusulas do contrato de concessão, a disparidade é grande. Em Antonina elas são cobradas na base de um cruzeiro e sessenta e quatro centavos, por tonelada. Em São Francisco do Sul elas são estipuladas em cinquenta centavos. Em Itajaí a taxa é irrisória: vinte e quatro centavos. Nos portos de Rio Grande do Sul paga-se somente noventa e um centavos.

Com a oficialização do porto antoninense veio a derrocada, o comodismo e o eterno empreguismo desnecessário.

Os trapiches, não suportando as pressões e os absurdos proibitivos, foram deixados no abandono e estão em ruínas.

Os armazéns e silos estão vazios.

Antonina que antes tinha possibilidade de proporcionar atracação para uma dezena de navios ficou com a sua capacidade reduzida para um só.

O problema sócio-econômico é uma realidade. O encaminhamento de todo o movimento para um único ancoradouro não conseguiu absorver a nossa mão-de-obra especializada.

Os operários, em busca de trabalho em outras plagas, deixaram suas famílias entregues aos azares da sorte, causando preocupação para as autoridades.

No dia seis do corrente, aniversário da cidade, houve um desfile de escolares que empolgou a todos os que o assistiram. Nem todas as escolas se fizeram representar. Mas, três mil e duzentos alunos desfilaram, com garbo, perante o palanque onde as autoridades se achavam.

Essa demonstração de frequência escolar nos deixou preocupados a ponto de fazermos estas perguntas para as quais não há resposta: se os pais desses alunos lutam com dificuldades na obtenção de trabalho, como poderão continuar mantendo a educação de seus filhos? Qual o futuro que daremos a essa mocidade que representa uma esperança para o Brasil de amanhã?

Até há pouco tempo era de quinze a média dos vapores que, mensalmente, frequentavam o porto de Antonina.

Agora, durante oitenta dias, quase três meses, nenhum navio chegou para carregar ou descarregar. Apesar da paralisação os responsáveis pelo setor portuário ainda se dão ao luxo de manter, na administração local, dois engenheiros dois advogados, assessores, e contabilistas, com veículos oficiais para deleite próprio além de numerosa turma de auxiliares com um dispêndio inútil de mais de uma centena de milhares de cruzeiros.

Essa importância que eu repito, cem mil cruzeiros por mês, bem ou mal aproveitada, daria, num período que não ultrapassaria de um semestre, para fazer toda a limpeza do canal que não tem mais de seis milhas, e onde existem trechos com 26,23 e 30 pés de profundidade.

Eis aí, Senhores Deputados, a situação em que nos deixaram.

Em Santa Catarina existem quatro portos. Todos já receberam e vão receber novos melhoramentos, conforme afirmou, pelos jornais, pessoa categorizada da comitiva presidencial.

Ninguém tem a coragem de tentar fechar Imbituba ou Itajaí, só porque São Francisco do Sul é o melhor e dispõe de maior profundidade.

O povo catarinense, os seus legisladores e as suas autoridades não concordariam com esse atentado.

O Estado do Rio Grande do Sul, terra do nosso digníssimo Presidente, conta com três ancoradouros. Dois deles com profundidade quase igual ao de Antonina. No porto de Rio Grande estão construindo um dos tais corredores de exportação.

Se pretenderem acabar com Pelotas ou Porto Alegre, sob a alegação de que Rio Grande vai ser um superporto, com todos os melhoramentos imagináveis, garanto eu que até o gaúcho de Caxias, o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, montará no seu "pingo" e irá, juntamente com toda a população, "pelear" para que isso não aconteça.

O Paraná é considerado, e na verdade o é, um dos Estados mais progressistas da Federação.

(Lendo): "Os vilarejos que aqui surgem tornam-se cidades em menos de quarenta anos."

As indústrias se desenvolvem com rapidez. A produção agrícola cresce de tal maneira que anima e entusiasma. Mas o fechamento de um porto tradicional necessário para o escoamento da economia paranaense, decepçona e deixa transparecer, lá fora, uma imagem negativa da nossa pujança.

Enquanto todos os portos do Brasil todos, estão sendo aumentados, aprofundados e melhorados, o de Antonina, por capricho, má vontade, ou imprevidência de auxiliares da administração, vai, pouco a pouco, desaparecendo.



É para que esse porto não seja completamente abandonado que nós aqui estamos, como representantes de uma cidade, de um Município e de uma população inteira, para pedir a compreensão e o apoio de Vossas Excelências, dos paranaenses e de todos aqueles que mantêm uma parcela de responsabilidade nos destinos de nossa terra.

Senhores Deputados:

Nós não temos a pretensão de possuir um superporto. Não queremos, no todo, igualdade de condições, mas exigimos o direito de sobrevivência.

Os nossos anseios são modestos. Precisamos de uma boa dragagem. Queremos um cais acostável, um pouco de equipamento, uma administração imparcial eficiente, e nada mais.

Se, por circunstâncias especiais — QUE NÃO EXISTEM — essas aspirações não puderem ser concretizadas nós nos contentaremos com o aprofundamento do canal, nos moldes já mencionados, e a revogação do contrato de concessão para a exploração dos portos, mantido entre o Governo Estadual e o Federal, na parte relativa a Antonina, para que nós, livres de empecilhos, possamos, a exemplo do passado, continuar prestando serviços ao nosso Estado e ao Brasil.

Antes de terminar eu faço, em nome do Exmo. Sr. Prefeito e da Câmara Municipal, um pedido a Vossa Excelência Sr. Presidente: convidar, por gentileza os Deputados que queiram fazer uma visita a Antonina. Eles serão nossos hóspedes, e lá, nós teremos a oportunidade de mostrar o que existe e o que precisa ser visto.

Eu sou bastante reconhecido aos nobres Deputados Lopes Júnior e Maurício Fruet, pela satisfação que nos proporcionaram, convidando-me para vir a esta Assembléia.

Agradeço, sinceramente, a benevolência que Vossas Excelências tiveram em me ouvir.

E com as saudações que apresento a todos, eu despeço-me até uma outra oportunidade, se os interesses de nossa terra exigirem, e se DEUS PERMITIR. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, Sr. Edgar Withers, agradece a aceitação de nosso convite e a presença amável de Vossa Senhoria neste Plenário.

Trouxe, Vossa Senhoria uma verdadeira lição de fé e entusiasmo, pelas cousas do Paraná, mais especificamente sobre a tradicional e encantadora cidade de Antonina, cidade que não é só dos capelistas, mas de todo o Paraná, porque ela pertence a todos os paranaenses.

Não poderiam ser outras as palavras de Vossa Senhoria:

"Eu não nasci em Antonina. Mas nessa cidade eu me tornei homem. Cheguei a ser gente. Lá eu encontrei essa criatura que se tornou minha companheira e que, com muito desvelo e bastante paciência, vem me suportando durante quase meio século.

Fui e sou feliz. Gosto dessa terra. Gosto do seu povo".

Somos felizes, Sr. Edgar Withers, gostamos dessa maravilhosa cidade que é Antonina, desse povo sofrido e altaneiro. Gostamos porque essa terra é um pedaço de nossa gente e é um pedaço do Paraná.

Esta Presidência agradece a presença do Dr. Joubert Gonzaga, D. Prefeito de Antonina; do Sr. Salvador Picano, Presidente da Câmara Municipal; dos Srs. Vereadores Agil Fever, Arnaldo Mendes, Celso M. Vieira e Alceu Gonçalves.

Convido a mesma Comissão para que acompanhe o nosso convidado na sua retirada deste recinto.

O SR. EDGAR WITHERS — Sr. Presidente, sou sinceramente agradecido pelas suas palavras por esta oportunidade.

Muito obrigado e até outra oportunidade, Srs. Deputados.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Está suspensa a Sessão por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados David Federmann, Antônio Lopes Júnior e Domício Scaramella, constante do Expediente. Devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63-73, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que outorga Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora Eny Caldeira. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 249-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando formulação de um Plano de Obras Adequado à Tipologia Urbana do Estado e Análise de Programação das Despesas Públicas do Estado do Paraná a Nível Municipal. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-73 de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os Municípios de Nova Londrina, Marilena e Itaipua do Sul e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 95-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva abrir crédito especial de Cr\$ 22.724,00 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros), para liquidação de dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento Florestal. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43-73, de autoria do Deputado Cândido M. M. de Oliveira, que acrescenta ao Regimento Interno — Ca-

pítulo V — das Comissões, a Seção VI — do credenciamento de entidades. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O Capítulo V — Das Comissões, do Regimento Interno texto consolidado pela Resolução n.º 11-60, de 16 de dezembro de 1960, fica acrescido do seguinte:

#### "SEÇÃO VI"

#### Do Credenciamento de Entidades

Art. — Poderão as entidades de classe, de empregados e empregadores e órgãos de profissionais liberais, credenciar oficialmente à Mesa da Assembléia representantes que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Casa, através de seus órgãos técnicos.

§ 1.º — Cada entidade poderá indicar apenas um representante que será responsável, perante a Assembléia, por todas as informações e opiniões que emitir.

§ 2.º — Caberá a esses representantes fornecer subsídios ao relator, aos membros da Comissão e ao órgão de assessoramento legislativo sobre proposição de seu interesse, em nível técnico e de caráter exclusivamente documental, informativo e instrutivo de dados e pontos de vista.

§ 3.º — Caberá ao Primeiro Secretário expedir credenciais da Assembléia Legislativa, excluídas as privativas dos Deputados.

§ 4.º — O credenciamento previsto neste artigo será exercido sem onus para a Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA: Será feita em Plenário.

(Sete assinaturas ilegíveis).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 43-73

#### PARECER

O desiderato do Projeto de Resolução, ora submetido à deliberação desta Comissão, é acrescentar ao Regimento Interno deste Poder Legislativo, texto consolidado pela Resolução n.º 11-60, de 16 de dezembro de 1960, no Título I, Capítulo V — DAS COMISSÕES, a "Seção VI" — DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES.

Procura o nobre Líder do Governo nesta Casa, eminente Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, pela medida enfocada, credenciar oficialmente à Mesa desta Assembléia Legislativa entidades de classe, de empregados e empregadores, bem como órgãos de profissionais liberais, representantes que possam eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Casa, através de seus órgãos técnicos.

A medida se me afigura das mais felizes e oportunas, preenchendo uma lacuna no Regimento Interno da Casa onde os representantes credenciados acima mencionados terão a incumbência de fornecer aos Membros das Comissões Técnicas da Casa e ao órgão de assessoramento legislativo, subsídios sobre proposição de seu interesse, em nível técnico e de caráter exclusivamente documental, informativo e instrutivo, de dados e pontos de vista.

Acrescenta ainda o Projeto que cada entidade acima referida, poderá indicar apenas um representante, que será responsável, perante este Poder Legislativo, por todas as informações e opiniões que emitir.

Terão, por conseguinte as Comissões Técnicas da Casa e o órgão de assessoramento legislativo melhores condições de opinar sobre matéria, cujos esclarecimentos técnicos fornecidos pelos citados representantes, irão se constituir num valioso instrumento que fornecerá os elementos indispensáveis para a análise correta dos assuntos que lhe são pertinentes.

Formalmente, legalmente, a proposição está conforme.

Destarte, considerando o aspecto altamente convincente do conteúdo da iniciativa, é com entusiasmo que opino pela APROVAÇÃO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer

Sala das Comissões em 27-6-73.

Presidente (Assinatura ilegível).

Relator: Deputado Paulo Camargo

(Quatro assinaturas ilegíveis)

1 a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 260-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 77-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção do prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

(aa) Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente.

Deputado Ovídio Franzoni — Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROPOSIÇÃO N.º 260-73

#### PARECER

A presente Proposição vem instruída estando de acordo com o Regimento Interno. Quanto ao aspecto legal e constitucional que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor.

Parecer favorável de acordo com o Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

(aa) Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente.

Deputado Ovídio Franzoni — Relator.



## PARECER

## COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 77-73, ex-Proposição n.º 260-73, que aprova convênio celebrado em data de 08 de novembro do ano em curso, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção, na sede do referido Município, de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, cuja cópia autêntica de inteiro teor foi encaminhada para referendo do Poder Legislativo através da Mensagem Governamental n.º 105-73, de 14 de novembro do ano em curso.

2. Sendo evidente o interesse público conforme se vê do próprio texto do Convênio e considerando-se que as implicações de ordem financeira que advirão de sua aprovação são as naturais para tais tipos de cometimentos administrativos, não vê esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 1973.

(Ass. Ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

## MENSAGEM 105-73

Curitiba, 14 de novembro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 8 de novembro de 1973, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado dos Negócios da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção, na sede do referido município, de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público em aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, como abaixo se declara:

Aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado na presença do Exmo. Sr. Secretário de Estado Eng.º Osiris Stenghel Guimarães — por seus Diretores Geral, Técnico e Administrativo, Ilmos. Srs. Engenheiro Civil Rolf Lunkmoss de Christo, Engenheiro Civil Victor Volpi e Bacharel Ivo Casagrande; e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre — consoante autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 194, de 23-6-73 — daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jarbas Thomazinho, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 6.136/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Rancho Alegre, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do Projeto/D.E.O.E. n.º 5.545 e da Especificação/D.E.O.E. n.º 11/70.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte da administração e em concreto armado na parte das celas (total de quatro) com área global de 98.13 m<sup>2</sup> (noventa e oito metros e treze décimos quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs. 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

## CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno transferido por doação ao patrimônio do Estado do Paraná, consoante transcrição n.º 7.597 do Livro 3-H do Registro de Imóveis da Comarca de Uraí, deste Estado, terreno este constituído da data n.º 7 da Quadra Urbana n.º 4 da cidade de Rancho Alegre, com área total de 780,00 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, contados a partir da data a ser fixada pelo Departamento em sua autorização para início dos trabalhos.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, previamente indicado pela Prefeitura Municipal e aprovado pelo Departamento.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, idênticamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a permanente fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

## CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando a primeira com a importância de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), e a segunda com o "quantum" necessário ao suporte das despesas que excederem aquela importância.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança dar-se-á à conta de recursos do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), com base no empenho de verba específica e a favor da Prefeitura Municipal extraído em 26-10-73, sob n.º 115-73, cujo valor, mediante processamento competente, será depositado na Tesouraria/D.E.O.E.

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão pela Tesouraria/DEOE, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 3 (três) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando integralmente executadas as fundações;

3.2.2 — Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) quando integralmente executada a cobertura;

3.2.3 — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando concluídos os demais serviços e recebida a obra em conformidade com o disposto no item 4.1 deste instrumento.

## CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por três Engenheiros do Departamento, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — A Comissão poderá ser integrada, além dos Engenheiros do Departamento, por um representante da Secretaria da Segurança, devidamente qualificado e credenciado.

4.1.2 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

## CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciara a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

## CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

## CLÁUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surgirem.

## CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Subsidiariamente se aplicarão, ao presente convênio, as disposições das leis e dos decretos em vigor, nos casos nele não expressamente regulados.

## CLÁUSULA NONA — Da Validade e Vigência

9.1 — O presente convênio se tornará válido e vigente após a sua publicação no Diário Oficial do Estado, cumpridas as formalidades legais.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas

Jarbas Thomazinho — Prefeito Municipal de Rancho Alegre

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

Victor Volpi — Diretor Técnico do D.E.O.E.

Ivo Casagrande — Diretor Administrativo do D.O.E.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193-73, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dá nova redação aos parágrafos 1.º e 11 do artigo 5.º da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967 e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 193-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O parágrafo 1.º do art. 5.º da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967 passa a ter a seguinte redação: "A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na segunda sessão plenária e ordinária do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos".

Art. 2.º — O parágrafo 11 do art. 5.º da Lei n.º 5.611, de 11 de agosto de 1967, passa a ter a redação seguinte: "Na primeira sessão plenária e ordinária do ano seguinte ao da eleição, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1973

(a) Ivo Thomazoni



## LEI N.º 5.615

Data — 11 de agosto de 1967

Dispõe sobre a Constituição, competência e etc., do Tribunal de Contas do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I  
Da EstruturaCAPÍTULO I  
Da Sede, Constituição e Jurisdição

Artigo 1.º —	.....
Artigo 2.º —	.....
I —	.....
II —	.....
III —	.....
IV —	.....

CAPÍTULO II  
Dos Ministros

Artigo 3.º — Os Ministros do Tribunal de Contas, nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, possuem os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos de desembargadores do Tribunal de Justiça, e impedimentos destes, constantes da Constituição Estadual.

Artigo 4.º — Não poderão ser conjuntamente Ministros do Tribunal, parentes consanguíneos ou afins na linha ascendente ou descendente e na linha colateral, até o seguinte grau.

Parágrafo único — Será nula e de nenhum efeito, a nomeação feita com inobservância das conformidades constantes deste artigo.

Artigo 5.º — O Presidente e o Vice-Presidente, serão eleitos por seus pares para uma gestão administrativa correspondente ao período de um ano civil.

§ 1.º — A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária e o mês de dezembro de cada ano, exigindo-se sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos.

§ 2.º — No caso de vaga eventual a eleição, realizar-se-á na primeira sessão plenária e ordinária após vacância e obedecido o disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º — O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 4.º — O eleito para vaga eventual completará o tempo de mandato anterior.

§ 5.º — Não se procederá a nova eleição se ocorrer vaga dentro de 60 (sessenta) dias anteriores ao término do mandato.

§ 6.º — A eleição do Presidente, procederá sempre a do Vice-Presidente.

§ 7.º — Considerar-se-ão eleitos Presidente e Vice-Presidente, os Ministros que no respectivo escrutínio, obtiverem maioria absoluta de sufrágios.

§ 8.º — Se nenhum dos Ministros obtiver a referida maioria absoluta de sufrágios, proceder-se-á a novo escrutínio, prevalecendo, neste caso, o critério da maioria relativa.

§ 9.º — No caso de empate, proceder-se-á novo escrutínio, persistindo o empate, dar-se-á, como eleito, o mais antigo no cargo de Ministro ou de mais idade se tiverem a mesma antiguidade.

§ 10 — Os Ministros efetivos, ainda que licenciados ou em gozo de férias, pode não tomar parte na eleição, e os que deixarem de comparecer até a hora do início da sessão, serão substituídos pelos Ministros Substitutos.

§ 11 — Na sessão plenária seguinte às eleições, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado.

Artigo 6.º — O Ministros serão substituídos em suas faltas ou impedimentos, pelos Ministros Substitutos, mediante convocação do Presidente do Tribunal.

Artigo 7.º — ..... vetado .....

Parágrafo único — Os Ministros substitutos, além da competência e do dever de substituir os Ministros em suas faltas e impedimentos, exercerão as demais funções e competências que lhes forem atribuídas no Regimento Interno.

Artigo 60 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 10 de agosto de 1967.

aa) PAULO PIMENTEL

Rubens Baillão Leite

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 193-73

AUTOR: Deputado IVO THOMAZONI

P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, é dar nova redação aos parágrafos 1.º e 11.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967.

Propõe o autor do Projeto, que o art. 5.º, em seu parágrafo 1.º, passe a ter a seguinte redação: "A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na segunda sessão plenária e ordinária do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos"

Pela proposta acima, altera a data da eleição, que passa da última sessão plenária e ordinária do mês de dezembro, para a segunda sessão plenária e ordinária do mesmo mês de dezembro.

A outra alteração proposta refere-se ao parágrafo 11.º do mesmo artigo 5.º, da Lei enfocada, ou seja, 5.615, de 11 de agosto de 1967, que passa a ter a seguinte redação:

"Na primeira sessão plenária e ordinária do ano seguinte ao da eleição, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado".

Esta alteração proposta dá maior clareza à data da posse dos eleitos, que passa da sessão plenária seguinte às eleições para a primeira sessão plenária e ordinária do ano seguinte ao da eleição.

Quanto ao aspecto constitucional, jurídico ou legal, a proposição é es-  
correta.

Quanto à forma a mesma está conforme.

Quanto à oportunidade nada há a contestar.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto sem qualquer restrição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia dos trabalhos da Sessão de segunda-feira próxima, dia 3 de dezembro, do Projeto de Lei n.º 268-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 194-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, do Projeto de Lei n.º 176-73. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações, pela brilhante iniciativa da Academia Paraense de Letras, que ao comemorar o transcurso do seu 37.º aniversário de fundação, promoveu a apresentação dos livros "A Instalação Humana no Vale do Iguaçu, do Dr. Alvir Riesemberg e "Mosaico", poesias, do saudoso poeta Dante de Jesus Augusto, no dia 22 último. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja liberado verba para a instalação da Fundação Universidade do Trabalho do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretários do Interior e Justiça e, Trabalho e Assistência Social, no sentido de que enviem esforços para solução do problema de menores delinqüentes na cidade de Cascavel. Solicita, outrossim, inserção nos Anais, a publicação do Editorial do jornal "A Fronteira do Iguaçu", de 22 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de apoio e congratulação ao Vereador João Batista Alfredo Gnoato, pelo brilhante pronunciamento em favor dos triticultores do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, pelo recebimento, por intermédio da Superintendência para o Desenvolvimento da Região Sul, do 1.º Termo de Referência (Estudo da micro-região) elaborado pelo Serphau. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Sudesul, Porto Alegre-RG, no sentido de que sejam propiciadas à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, as condições necessárias à execução dos Termos de Referência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes ao Sr. Presidente da República, Ministro da Agricultura, e Superintendente da Sunab, no sentido de que sejam solucionados definitivamente os problemas criados com a proibição da moagem colonial do trigo, reformulando-se a política de distribuição de quotas para moagem desse produto, com a criação de Região própria no Estado do Paraná, onde o trigo é efetivamente produzido, com a elevação consequente da Quota para 400.000 toneladas. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à atuação do Sr. Delegado Arion Niz Roda e de sua magnífica equipe à frente da Delegacia de Estrangeiros. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IRIS CALDART, NA SESSÃO REALIZADA EM 29-11-73

## -EDITORIAL

Uma cidade que se orgulha de sua condição de "capital" de uma micro-região que tem apresentado, nos últimos anos, os maiores índices de desenvolvimento do Paraná; uma cidade que apresenta o maior ritmo de crescimento do Paraná e o quarto do Brasil; uma cidade que tem em 74 um dos seis mais importantes orçamentos municipais do Estado; uma cidade que se situa na confluência das BRs 369, 467 e 277; uma cidade, enfim, que já é considerada, irreversivelmente, o 3.º pelo geo-econômico do Paraná e que tem orgulho das transformações que sofreu na última década, não pode e não deve assistir, indiferente, a vergonhosa situação criada com a detenção de menores, que são atirados e "esquecidos" nas celas da Delegacia local, onde vivem em condições sub-humanas, mal alimentados, doentes e, sobretudo, num clima nada propício à sua recuperação, ou antes, bem apropriado para a sua marginalização.

Que cidade é esta que não olha para as crianças com a preocupação de protegê-las e até permite que meninas de pouco menos de 15 anos, jazam infectadas por doenças venéreas no presidio, numa promíscua convivência com presos comuns?

Enfim, que cidade é esta que ostenta uma posição privilegiada no cenário estadual e permite que menores marginais, sejam tratados como delinqüentes comuns?

É necessário segregar da sociedade as crianças que já começaram a trilhar a senda do crime. Porém, deve existir a preocupação de, antes de punir, recuperá-las para uma vida útil.

Não será atirando-as em presídios infectos, que resolveremos o problema; pelo contrário, iremos agravá-los ainda mais.

Por tudo isto que se disse, por tudo que representa Cascavel no concerto dos municípios paranaenses, é necessário apagar essa mancha negra que enodoa esta cidade, criando-se um estabelecimento para a recuperação do menor, com a participação do Estado. Mas cabe à comunidade tomar o "pião na unha" para que as medidas necessárias não tardem".